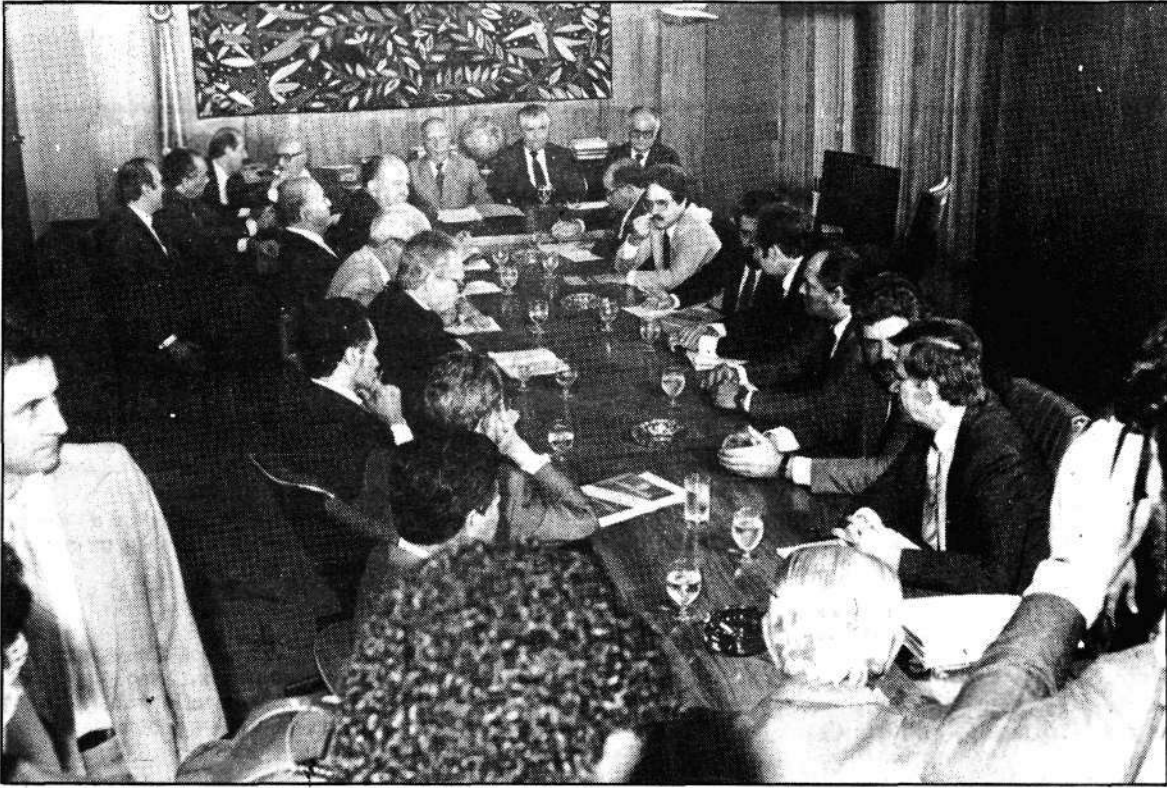


# Só consenso viabiliza Constituinte, diz Cabral

Fotos: Jesemar Gonçalves



Reunidos com Ulysses, líderes definem normas da votação que começa na quinta-feira.



Cabral rebateu críticas ao texto

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), advertiu ontem que se não houver um acordo a votação do segundo substitutivo na Comissão de Sistematização levará muito tempo. Ele fez essa declaração ao rebater as críticas que vem recebendo por causa do substitutivo, considerando que elas são fruto de quem não leu o projeto.

Bernardo Cabral disse que «os homens educados não respondem a grosserias», ao ser indagado sobre as acusações do consultor-geral da República, Saulo Ramos, de que o dispositivo sobre as garantias individuais do texto era «hitlerista». Disse que a maioria das emendas foi fruto de consenso e as que não foram, como a reforma agrária e o sistema de Governo, ficaram como estavam no primeiro substitutivo e terão que ser decididas pelo voto.

Sobre a votação no plenário na Comissão de Sistematização disse que terá que ser feito um acordo entre as lideranças partidárias, já que o número de destaques apresentados até agora pode inviabilizar a aprovação do projeto de Constituição, pois levará muito tempo até que o plenário aprove ou rejeite todos os pedidos. O relator acredita, no entanto, que esse acordo será possível, pois cada grupo terá que ceder um pouco para ver pelo menos parte de sua tese aprovada.

### Forçar acordo

Ele tem esperança de que o acordo que não foi conseguido em

torno do sistema de Governo seja concretizado agora. Admitiu que foi por isso que manteve a emenda parlamentarista do senador Afonso Arinos no substitutivo, no lugar da dos parlamentaristas gradualistas, como todos esperavam. Só haveria consenso se o Planalto concordasse com a proposta e como isso não aconteceu ele não a considerou.

Lembrou que o senador José Fogaça (PMDB-RS) ainda tentou um acordo de última hora, mas o Sarney foi irredutível. Sobre a emenda propondo seis anos de mandato para o presidente, ele afirmou que sempre manifestou essa posição e não vê razão para se estranhar a proposta no substitutivo. Admitiu que o mandato de seis anos e a emenda Afonso Arinos, como está no projeto de Constituição, «é uma maneira de forçar os presidencialistas e os parlamentaristas a chegarem a um acordo, se a emenda parlamentarista não for derrubada».

### Avanços

Sobre a acusação de que ele reviu o colégio eleitoral, ao prever a eleição do presidente em 2º turno pelo Congresso, caso no primeiro turno nenhum dos candidatos obtenha maioria absoluta, disse que é um equívoco, pois quem é parlamentarista sabe que a eleição do presidente é feita pelo parlamento. Na sua proposta, além de prever eleição direta para o presidente no primeiro turno, estabelece ainda que se no segundo turno não se obtiver maioria absoluta para a Presidência, serão realizadas novas eleições.

Bernardo Cabral considerou avanços no substitutivo a proibição da demissão imotivada e a proteção dos excepcionais na Constituição.

## Parlamentares apontam erros

Além do restabelecimento do colégio eleitoral para escolha indireta dos futuros presidentes da República, dezenas de outros defeitos foram localizados, nesse final de semana, pelos parlamentares dos vários partidos que examinaram o substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) à nova Constituição brasileira.

No caso do colégio eleitoral — que funcionará se o sucessor de Sarney não tiver maioria absoluta nas urnas — o aspecto mais grave é que se o mandato do presidente for de seis anos, os integrantes daquele organismo serão os atuais deputados e senadores, dos quais perto de 55% pertencem ao PMDB. Em princípio, portanto, da mesma forma que nas eleições indiretas realizadas sob o regime militar, as regras do jogo sucessório estão predeterminadas, em favor de um partido.

Outro erro igualmente sem nenhuma explicação foi o que o substitutivo consagrou, no tocante ao processo de escolha do futuro primeiro-ministro. Para exercer esse cargo, só poderão ser escolhidos deputados que tenham mais de 35 anos de idade ou qualquer senador (cuja idade mínima para eleger é também essa). Assim, na hipótese

de não haver nenhum deputado com 35 anos de idade — os deputados são eleitos com a idade mínima de 21 anos — o primeiro-ministro só poderá ser senador. Portanto, em face da exigência de idade mínima para o primeiro-ministro, haverá parlamentares de primeira classe (podem votar e ser votados) e de segunda classe (só podem votar, mas são inelegíveis ao posto de chefe do Gabinete).

### Fisiologia

Outras falhas do substitutivo são o aumento das possibilidades de abusos fisiológicos, no Congresso Nacional, com a implantação do pleito indireto de presidente.

Numerosos constituintes reconhecem, hoje, que o trabalho de elaboração constitucional está enfrentando uma intensa ação de "lobbies", privados ou públicos, na fixação das futuras regras constitucionais.

Quanto — indagam alguns desses constituintes — não vai custar, no colégio eleitoral, em fim de mandato (a média de renovação do Legislativo, no último pleito, foi superior a 60% da representação), a eleição indireta disputada entre os dois candidatos mais votados na sucessão de Sarney?

## Acima da ideologia

### Rubem Azevedo Lima

A exceção dos temas em torno dos quais a Assembleia Nacional Constituinte ficará bipolarizada — o que simplificará a formação de blocos consistentes, a favor e contra —, dificilmente os 559 constituintes penderão a se entender sobre os 332 artigos do substitutivo de Constituição do relator Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas.

Um dos temas mais polêmicos, e por isso mesmo causadores da divisão mais nítida da Assembleia, é o que se refere ao sistema de Governo. A opção, nesse caso, far-se-á entre presidencialistas, de um lado, e parlamentaristas, do outro.

Ainda assim, os dois grupos que se formaram nesse caso deverão dividir-se numa segunda etapa de decisão, em torno da duração do mandato do presidente (os presidencialistas) e do tipo de parlamentarismo a aprovar (gradual, puro etc).

De certo forma, esse também deverá ser o caso da votação de normas relativas à conceituação

da reforma agrária ou do funcionamento do colégio eleitoral como segundo turno da escolha do futuro presidente da República.

Por esse motivo, existem hoje na Constituinte agrupamentos ideologicamente dispersos no apoio a tal ou qual norma do substitutivo Cabral, mas que se desfazem, por inteiro, diante de outros temas.

O presidencialismo e o parlamentarismo não são posições ditadas pelo programa de nenhuma partido. Daí existirem presidencialistas e parlamentaristas em todas as agremiações.

Em matéria de reformas, também convivem, sob a mesma sigla partidária, os defensores de mudanças na estrutura agrária com os que pretendem preservar o status quo urbano ou vice-versa.

Por isso, entre integrantes de partidos tradicionalmente contrários, no plano político, é possível a existência de acordos de apoio recíproco, em torno da aprovação ou da rejeição de matérias ou pacotes de matérias.

## Severo elogia substitutivo

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) considerou "muito bom" o capítulo relativo à Ordem Econômica, do segundo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Em vista disso, o senador disse que irá apresentar poucos destaques visando alterar o substitutivo. No último fim de semana, a liderança do PMDB na Constituinte, dividiu entre os vice-líderes, as partes do substitutivo que deverão receber destaques.

O senador Severo Gomes ficou com todo o capítulo da Ordem Econômica e o dos índios. No primeiro, Severo Gomes vai apresentar destaque pedindo a supressão do parágrafo 3º do artigo 195, que estabelece que "o Estado organizará a atividade garimpeira em cooperativas...", porque

no artigo 20, inciso XXIV, o exercício da atividade de garimpeagem, em forma associativa, é estabelecida e atribuída também a União. Severo Gomes também vai pedir destaque com a intenção de suprimir o artigo 206, que designa a União, Estados, Distrito Federal e municípios como promotores e divulgadores do turismo. O pedido de supressão é justificado pelo senador, por considerar "absurdo" o Estado incentivar o turismo.

No capítulo referente aos índios, que compreende quatro artigos — do 261 ao 264 — Severo Gomes vai pedir a substituição de quase todos eles, elaborando uma nova redação.

Mais notícias sobre a Constituinte na página 6

## Lideranças já têm as normas para trabalho

As lideranças partidárias se reuniram ontem com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para traçar as normas de votação do substitutivo do projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, que deverá começar na quinta-feira. Ficou decidido que o texto será votado por títulos.

Pelas regras regimentais definidas, os dias de ontem e de hoje são dedicados à apresentação dos pedidos de destaque à Comissão de Sistematização. Os pedidos de destaque são para as emendas que tiverem parecer favorável do relator e aquelas não consideradas no atual substitutivo, mas que foram consideradas no anteprojeto inicial.

Os pedidos de destaque para as emendas serão votados na seguinte ordem: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas. A votação do substitutivo será feita inicialmente por títulos, ressalvados os pedidos de destaque. Caso algum título seja rejeitado pelo plenário da Sistematização, vai à votação o mesmo título referente ao primeiro substitutivo. Se também for recusado, através de votação por maioria simples, no plenário entra o título do anteprojeto.

### Prejudicialidade

Os pedidos de destaque poderão ser votados em grupo, desde que tenham identidade, ou seja, que sejam rigorosamente iguais. Se o parlamentar pedir que seu destaque seja votado separadamente, mesmo sendo igual a um outro que tenha sido votado e recusado, haverá o critério da prejudicialidade. O destaque perde a validade.

De acordo com a regra poderão encaminhar a votação quatro membros da Comissão de Sistematização, dois a favor e dois contra. A matéria vai à votação do plenário. Em caso de empate, o voto de minerva é do presidente da Comissão de Sistematização.

Os requerimentos de pedidos de destaques são avaliados pelo presidente da Comissão. Caso ele indefira o pedido, o autor pode recorrer ao plenário, para aprovar ou não a matéria pelo voto.

A votação só se inicia com a presença de no mínimo 18 dos 93 membros da Comissão. Em caso de algum membro não comparecer, seu suplente pode substituí-lo. A votação será feita em três sessões diárias.

## Votação tem prazo difícil de prever

O tempo de votação do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização é imprevisível. Ninguém se arrisca a dar um palpite seguro, principalmente com tantos pedidos de destaque — calcula-se cerca de dez mil.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), acredita que, na melhor das hipóteses, a votação não terminará antes do final do ano. Ele ressalta que, pelo número de destaques que estão sendo apresentados, levará muito tempo para que eles sejam submetidos e avaliados pelo plenário.

### Acordo

Para o líder do PDT, só um acordo entre as lideranças dos partidos pode evitar que a votação do substitutivo se prolongue excessivamente. O jogo será duro e tanto a esquerda quanto a direita terão que negociar para que suas teses sejam aprovadas no plenário da Sistematização.

O vice-presidente da Comissão de Sistematização, deputado Aloísio Campos (PMDB-PB), também acredita que o número de destaques vai condicionar o tempo de votação do substitutivo. Ele lembrou que, inicialmente, a previsão para a votação era de 15 dias. Mas agora tudo é imprevisível, já que só ontem os requerimentos de destaques chegaram a cerca de quatro mil.

## PDT vê "ditadura congressual"

O PMDB está pretendendo criar uma "ditadura congressual", de natureza "semi-fascista", para assegurar sua permanência no poder por pelo menos mais cinco anos após o final do mandato do presidente Sarney. A acusação foi feita ontem pelo líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, ao resumir a posição do seu partido — adotada em reunião do diretório nacional — de repúdio ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, especialmente na parte que restabelece o colégio eleitoral para a eleição do presidente da República (em segundo turno) e em relação ao artigo que impede alterações no sistema de governo do País.

A reunião do diretório do PDT realizada no Rio durou nove horas (das 19 horas de domingo às 4 da madrugada de ontem) e ficou centralizada na condenação à volta do

colégio eleitoral e na discussão de 15 pontos em relação aos quais o partido fechará questão.

"Se o movimento de 64 foi um golpe feito para a UDN, o substitutivo Bernardo Cabral é um golpe do PMDB contra a democracia" — disse o líder do PDT, para em seguida qualificar como "excrecência pior do que as do regime autoritário" o dispositivo que trata das eleições presidenciais em segundo turno, pela Câmara.

Depois de lembrar que o PMDB comprometeu-se nas ruas pela volta das diretas, Brandão sustentou que agora esse partido "pretende manter-se no poder, em todos os níveis (municipal, estadual e federal) através do restabelecimento das eleições indiretas.

Contra e a favor Levando em conta que o PMDB detém o controle de quase todas as

## Pró-diretas aprofunda crise

O novo substitutivo do relator Bernardo Cabral, entre tantas consequências, teve o condão de aprofundar a divisão nas forças de esquerda representadas na Constituinte. Meia hora após o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, preconizar o isolamento do seu partido e do PT numa grande pregação nacional contra o "golpe" que ele enxerga no restabelecimento do colégio eleitoral, o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, reagiu a essa idéia, afirmando, entre outras coisas, que "o mundo não vai acabar, qualquer que seja o sistema de governo".

A proposta do PDT, é no sentido de que sejam excluídas da campanha das diretas e da mobilização contra o substitutivo as forças políticas que defendem o parlamentarismo — PC do B, PCB e os chamados "progressistas" do PMDB. Informado dessa posição do PDT, um dos "progressistas" — o catarinense Wilson de Sousa — registrou, desolado, que as es-

querdas estão divididas não apenas na questão do sistema de governo, mas também em relação a muitos outros dispositivos do substitutivo.

Para Luiz Inácio da Silva, "é preciso acabar com essa mentalidade existente no Brasil, de pretender que a unidade política só se faça entre os que têm a mesma posição". O presidente do PT fez essa afirmação para explicar sua recusa à idéia de afastamento dos parlamentaristas dos palanques das diretas. A propósito, ele observou que o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, é parlamentarista e que mesmo assim sua adesão à campanha das diretas "é bem-vinda".

O argumento de Brandão Monteiro para o alinhamento dos parlamentaristas é o de que "quem defende o parlamentarismo, diante do que ficou estabelecido no substitutivo, é defensor da nova ditadura que o PMDB pretende estabelecer no País".



Cardoso Alves diz que novo substitutivo não agradou a ninguém.

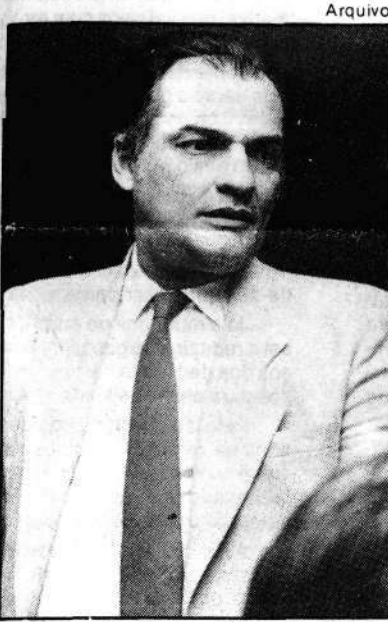
## Cardoso Alves ironiza texto

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), líder do "Centro Democrático", apelou ontem ao relator Bernardo Cabral, que convocasse professores de direito constitucional das principais universidades do País para um assessoramento "qualificado, íntegro e isento" na elaboração do texto constitucional. Com críticas ásperezas ao segundo substitutivo do relator — "cheio de imperfeições tanto na forma quanto no mérito" —, Cardoso Alves disse temer que a nova Constituição "venha a se tornar motivo de piada entre juristas internacionais e uma frustração da sociedade brasileira".

A necessidade do assessoramento de co-relatores é justificada pelo deputado "pelo desprezo dado por Cabral às matérias aprovadas nas subcomissões e comissões temáticas". Inclusive relacionou, para Cabral, as principais faculdades de Direito do País, citando a USP, UERJ, Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, UnB, PUC e Universidade Federal do Recife. "Não podemos nos conformar com uma Constituição que está sendo feita em toque de caixa, portanto, o momento é de discussão e trabalho", ponderou.

### Críticas

A maior parte do projeto de Constituição apresentado neste final de semana por Cabral está



Roberto Freire, líder do PCB

## Para PCB, sistema dividiu esquerdas

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), disse ontem que a discussão em torno do sistema de governo enfraqueceu o bloco das esquerdas na Constituinte (PT, PDT, PSB, e os dois partidos comunista e o Movimento Unidade Progressista do PMDB), que já havia relacionado 20 temas comuns a serem defendidos nas votações da Comissão de Sistematização e no plenário.

O líder do PCB lembrou, que a campanha das diretas, ao invés de unificar os setores de esquerda, foi um fator de desagregação desta corrente, por conta da divisão em relação ao sistema de governo. "Ao final de cada comício pelas diretas era preciso juntar os cacos. Em alguns estados a situação se agravou de tal maneira que a convivência entre as esquerdas ficou impossível", explicou Roberto Freire.

Da parte do PDT, o diretório nacional do partido decidiu, no último domingo, que vai afastar-se da campanha das diretas para Presidente em 1988, uma vez que o fundamental hoje, para os pedetistas, não é mais o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, como vinham defendendo, mas a rejeição do sistema parlamentarista de governo, previsto pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral. Segundo o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), ficou impossível subir no mesmo palanque com companheiros que defendem o parlamentarismo, referindo-se a PCB, PC do B e o PSB.

### Erro

De qualquer forma, o deputado Brandão Monteiro acha um erro de avaliação a afirmação de Roberto Freire, segundo a qual as discussões sobre presidencialismo e parlamentarismo comprometeram a unidade das esquerdas na Constituinte.

"Não há nenhuma solução de continuidade entre as esquerdas na Constituinte. Isto é um erro de avaliação. Nós tomamos o cuidado de não incluir nos temas discutidos pelo grupo as questões relativas ao sistema de governo e pluralidade ou unicidade sindical, porque são pontos controversos entre nós", sustentou Brandão Monteiro.